

Difícil mas viável

Jayme Magrassi de Sá

DECLARADA a moratória, parcial e temporária, as reações externas se processam dentro do quadro que naturalmente seria de esperar. Cautela e expectativa. Se não tivemos abrupta suspensão de créditos de curto prazo (aliás, um tanto abrigados por acordo com vigência até 31 do corrente), também não poderemos esperar benesses e favores, nem mesmo certa dose de compreensão, se não expedirmos a retomada das negociações e se não adotarmos, nessa retomada, atitude ponderada e compatível com as dificuldades que enfrentamos. Voltar às **boutades** e às bravatas será algo semelhante a uma posição negativista, isto é, antagônica a qualquer entendimento. A demora no reencontro com os credores deixará entidades como a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Embraer e de certo modo a própria Vale do Rio Doce em situação que, à falta de expressão melhor, designamos como nevrágica. Também as agências de bancos nacionais privados no exterior tenderão a sofrer bastante. Em matéria de importação, teremos perigosos hiatos, com reflexos perniciosos sobre a conjuntura econômica e social interna. Deve o Governo estar bem-informado a respeito, esperando-se que o Presidente da República esteja vivendo intensamente o real panorama do setor externo da economia nacional. Tér-se-á, por certo, armado de um sistema de informações baseado na checagem cruzada das indicações que recebe, de modo a não ter sua visão perturbada por figurações que, embora bem-intencionadas, podem

ter conseqüências perversas por não refletirem substantivamente a realidade diuturna. A trajetória da economia brasileira a curto, médio e até mesmo a prazo mais longo vai depender da solução que alcançarmos nos entendimentos com os credores privados externos.

Não pode o governo brasileiro, por exemplo, negar relevância às palavras recentes do Sr. Conable, presidente do Banco Mundial. A política econômica precisa ganhar configuração que lhe assegure interna e externamente a indispensável credibilidade. Sem isso, dificilmente conseguiremos mudar a imagem que agora temos no mundo financeiro internacional. Comenta-se que o Presidente já examina uma programação alternativa, que teria como objetivos maiores recompor o equilíbrio da economia e criar condições para um movimento substancial de inversões produtivas, especialmente em setores com significativa influência na reprodução da renda. Esse último ponto corresponderia a compensar a frustração ocorrida com Fundo de Desenvolvimento, cujo grosso dos recursos está se dirigindo para saneamento do passivo de empresas estatais. Assunto fundamental, essa programação alternativa não pode sofrer a mesma sorte do ex-Plano Cruzado. Tem que ser consistente e de execução racional, levada a cabo por equipe que desfrute não só de respaldo político, mas sobretudo de respeito e de crédito no cenário interno, posição que, naturalmente, se refletirá no exterior.

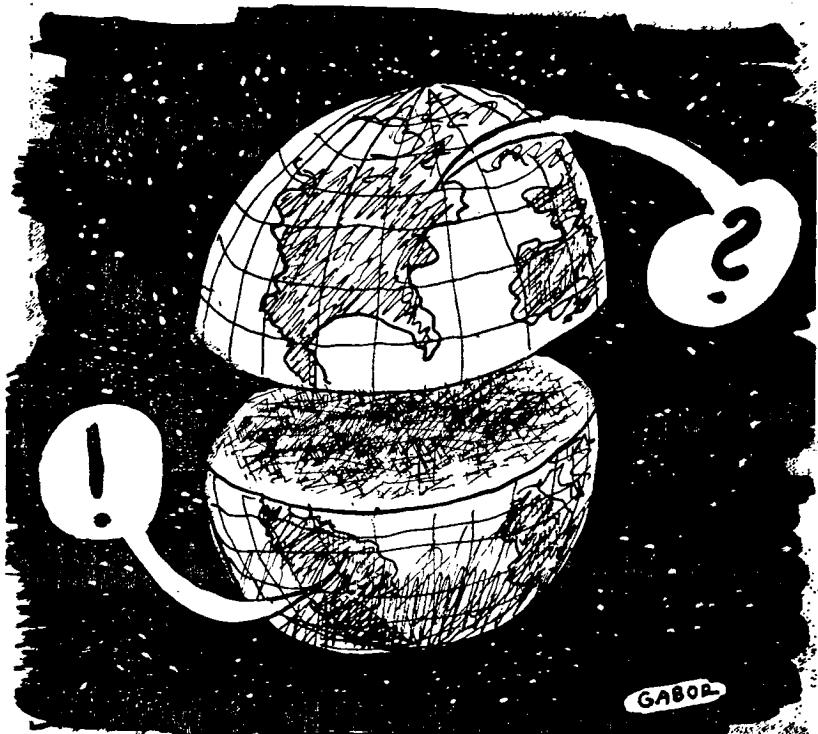
Não pode igualmente o Governo, ao instituir a comissão de negociação anunciada pelo Presidente,

fazê-la ou criá-la à imagem de um mero conjunto de servidores oficiais, ou um agrupamento cuja atuação será assim como que de natureza pró-forma, para coroamento, supostamente social e político, de idéias ou posições preconcebidas. Não há de ser uma comissão com personalidade capaz de formular soluções e sugerir procedimentos despídos de miasmas ideológicos ou de reações de tipo messiânico, sabidamente pouco ou nada capazes de encaminhar negociações objetivas e, por que não dizê-lo, negociações cujos resultados são hoje decisivos para a modelagem de nosso futuro econômico.

Sem a menor sombra de dúvida, estamos enfrentando internamente um quadro severo de dificuldades. Não há que subestimá-lo, nem retinar sacrifícios no caminho a percorrer para atravessar a dura fase a que nos levou a triste evolução do ex-Plano Cruzado. Mas também não é o caso de exteriorizações que se puderiam qualificar de "terroristas", capazes de gerar o pânico em áreas de opinião menos avisadas. Uma ponderada condução das negociações com os credores externos poderá evitar agravamento nas nossas relações comerciais — o que será uma conquista significativa — e aliviar bastante a pressão financeira interna, hoje o ponto mais sensível de nossa conjuntura. Uma política econômica realista e orgânica, gerida por equipe oficial integrada e merecedora de credibilidade, fará o resto. O país é potencialmente rico, forte e dinâmico, fatores bastantes para assegurar-lhe a fuga às sinistros, sempre tão decantadas quando surgem sinais de crise ou quando os índices não oferecem o esplendor de taxas excepcionais de crescimento. Para repelir as cassandas e suas "profecias", basta cotejar o Brasil de hoje com o Brasil de 40 anos atrás, na verdade dois Brasis distintos e quase diferentes até na sua identidade nacional. Em menos de meio século, fizemos do Brasil de ontem a hoje oitava posição mundial em termos de PIB e uma nação que tanto econômica quanto politicamente não pode ser — e não é — indiferente para o cenário das grandes industrializadas, do Ocidente ou do Leste europeu. Para África e Ásia. Para o Hemisfério Norte e para o Hemisfério Sul.

Sejamos conscientes, soberanamente humildes e saibamos nos administrar. Isso representará assets de grande expressão no obviar a problemática externa e condição básica para superarmos os obstáculos que, temporariamente, se antepõem à continuidade de nosso progresso econômico e social.

Gabor



Jayme Magrassi de Sá é economista